

Greves e repressão aos sindicatos no Rio de Janeiro - 1945/1964

Marcelo Badaró Mattos\*

I- Apresentando a pesquisa

Esta comunicação apresenta resultados de uma pesquisa coletiva sobre as greves e a repressão aos sindicatos no Rio de Janeiro, durante o período 1945-1964. Seu objetivo central é rediscutir o tema da relação entre Estado, empresários e trabalhadores organizados no período em questão, a partir da dimensão de conflito explicitada nos momentos de greve. Havendo grande acúmulo de discussão sobre a estrutura sindical, as propostas políticas populistas e trabalhistas, a atuação dos comunistas e, muitas vezes, sobre os movimentos grevistas, há, entretanto, uma lacuna significativa no que tange a levantamentos quantitativos que permitam dimensionar melhor o impacto das mobilizações grevistas nas diversas conjunturas, bem como no que diz respeito à caracterização mais detalhada destes movimentos. Por outro lado, é também possível constatar a relativa escassez de textos sobre a ação da polícia política na vigilância e repressão aos sindicatos e seus militantes.

As fontes utilizadas na pesquisa podem ser divididas em dois grandes conjuntos: de um lado, os registros jornalísticos das greves na imprensa (jornais diários e imprensa partidária ou sindical); de outro, os dossiês policiais sobre greves, sindicatos e temas correlatos armazenados nos arquivos das polícias políticas recolhidos ao APERJ.

II- Alguns resultados da pesquisa

Entre as possibilidades abertas por esta pesquisa está a de confrontar os números de greves apresentados em trabalhos anteriores. A título de comparação, é possível tomar em conta os dados oferecidos por alguns levantamentos anteriores. Leôncio Rodrigues (1986), por exemplo, baseando-se em estudo de Régis Andrade, mencionou 80 greves no Rio de Janeiro, no período 1958 a 1963 (p.542). Em estudo muito mais detalhado, Salvador Sandoval (1994) localizou 168 greves no Rio entre 1945 e 1968.

A primeira constatação a que podemos chegar é a de que estes levantamentos apresentam números muito subestimados em relação ao total de greves do período, ainda que em nossa pesquisa centremos atenção apenas no caso da cidade do Rio de Janeiro - Distrito Federal na maior parte do período e depois Guanabara - não computando dados do antigo estado do Rio, a não ser quando os sindicatos e categorias extrapolavam os limites da capital (como os ferroviários, por exemplo). É o que se observa na tabela abaixo:

GREVES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 1945/1964

ANO	GREVES
1945	7
1946	37
1947	1
1948	2
1949	13
1950	8
1951	6
1952	12
1953	18
1954	14
1955	18

\* Professor da Universidade Federal Fluminense. A pesquisa aqui refletida conta com o apoio da FAPERJ e reúne uma equipe de pesquisadores composta por Paulo Tenório de Abreu, Luciana Lombardo da Costa Pereira, Júlia Monnerat Barbosa, Francisco Josué Medeiros de Freitas e Nina Paiva Almeida.

1956	22
1957	16
1958	7
1959	32
1960	35
1961	56
1962	61
1963	77
1964	38
Total	480

Fontes: imprensa diária (Biblioteca Nacional) e dossiês policiais (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro).

Assim, localizamos um total próximo de 500 greves, número que corresponde ao triplo do apresentado pelo levantamento mais completo encontrado na literatura especializada. Quanto aos ciclos grevistas, há claramente um primeiro momento de estouro das paralisações, em 1946, ao qual se seguem dois anos de quase completa inexistência de movimentos grevistas. Nos dez anos seguintes, entre 1949 e 1958 mantêm-se, com oscilações, um patamar semelhante e uma continuidade de atividades grevistas, com 5 greves no ano de mais baixa atividade (1951) e 23 paredes no ano de maior agitação (1956). É, porém, nos anos seguintes que a curva de movimentos grevistas toma um rumo ascendente significativo, com saltos sucessivos no número de paralisações, que configuraram uma das fases mais dinâmicas do movimento operário brasileiro.

As informações sobre o número de greves ganhariam em densidade se com elas pudéssemos combinar séries completas de números de trabalhadores parados e de dias de duração das paralisações (de forma a calcularmos o número de jornadas perdidas). Séries deste tipo permitiriam a aplicação de métodos de quantificação da dimensão do impacto das greves, como os desenvolvidos por Tilly e Shorter (1974). Nossas fontes são pouco precisas quanto a este tipo de dados. Utilizando o exemplo do ano de 1962, encontramos registros de precisos de número de dias de paralisação em 41 das 61 greves e pudemos contar o número de trabalhadores parados em apenas 11 desses movimentos. Com base nessa amostra, pode-se contatar, por exemplo, que muitas eram as greves que duravam até 24 h (computadas como um dia), cujo total foi de 11 entre as 41 de que possuímos esse dado em 1962. Algumas greves ultrapassavam os dez dias de paralisação, mais precisamente 9 nesta nossa amostra. A média de duração das greves neste período, segundo a amostra, foi de 10,32 dias. Já para a amostra de 12 greves em que há registros de número de trabalhadores parados, as greves envolveram entre 350 e 18.000 trabalhadores, numa média de 5.959 trabalhadores envolvidos em cada greve.

Adentrando nos aspectos qualitativos dos movimentos, a pesquisa também permite relativizações e refutações de diversas teses clássicas. É o caso das caracterizações do "sindicalismo populista", expressão compartilhada por diversos autores que, apesar de partirem de modelos diferentes de análise, concordam na apreciação negativa do movimento sindical no período, realçando suas limitações. O "sindicalismo populista" seria caracterizado por: a) inconsistência organizatória (organizações de cúpula - oficiais ou paralelas - seriam privilegiadas em relação às Organizações por Local de Trabalho); b) falta de questionamento à estrutura sindical, inclusive por parte da direção comunista; c) falta de sintonia entre lideranças (com discurso e reivindicações nacionais e politizadas) e suas bases (mobilizadas apenas por questões salariais); d) poder de mobilização concentrado nos trabalhadores do Estado e escasso entre os empregados do setor privado, em especial nos setores de ponta da grande indústria; e) privilégio ao Estado como

interlocutor principal dos sindicatos, subordinação aos políticos populistas e secundarização do conflito capital e trabalho.<sup>1</sup>

A uma tal caracterização corresponderia uma tipificação das greves no período em questão como: a) de natureza salarial, mais que motivadas por questões políticas ou sindicais; b) de categoria, mais que de empresas; c) cada vez mais concentradas no setor público, em detrimento do privado; d) garantidas por piquetes, forçando a adesão "de fora para dentro das empresas", e não por organizações internas aos locais de trabalho; e) inexistência de repressão violenta às greves dos primeiros anos da década de 1960.<sup>2</sup>

Diversas greves da fase 1945-1947 permitem questionar as propostas de que a estrutura sindical criada no Estado Novo permitia controle quase que absoluto sobre os sindicatos, pois foram construídas pela base, a partir de Organizações por Local de Trabalho (como comissões de empresa ou de greve), muitas vezes contra a direção do sindicato. Apenas para citar alguns exemplos, mencionamos as greves dos tecelões do Moinho Inglês, que em fins de 1945 e no início de 1946, enfrentaram os patrões, mas também o Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem, que se opôs ao movimento. Na mesma época, os motoristas criaram uma Comissão de Vigilância Democrática dos Motoristas do Rio de Janeiro, entidade paralela ao sindicato oficial. Um modelo que se observa em várias greves nas conjunturas seguintes, como na greve dos trabalhadores do sal, em janeiro de 1952, quando, segundo a imprensa, o sindicato desconhecia o movimento.

As greves do período da redemocratização permitem também o questionamento das teses que identificam na proposta da direção comunista - apertar os cintos e garantir a transição democrática, contendo greves e mobilizações mais radicais em nome de uma aliança política ampla que pusesse fim definitivo ao fascismo - um impeditivo de mobilização autônoma dos sindicatos. Greves como o movimento nacional dos bancários, em janeiro/fevereiro de 1946, que teve no Rio de Janeiro um de seus pólos mais importantes, foram comandadas, em grande parte, por lideranças comunistas que optaram por representar as demandas de suas bases, ainda que contrariando a linha partidária.

O predomínio das greves por empresa em diversas fases e a permanência de formas de organização alternativas à estrutura sindical oficial, pela base (como as OLTs) ou de cúpula (como os pactos intersindicais), explicam que muitas destas greves contrariassem frontalmente a idéia de um movimento puxado por cúpulas sindicais desprovidas de maiores vínculos com as bases. Assim entendemos, por exemplo, o sucesso das greves bancárias dos primeiros anos da década de 1960, quando a categoria paralisava nacionalmente suas atividades, mas a construção da greve dependia das Comissões Sindicais, presentes em praticamente todas as agências, dos comandos de greve e comissões de piquetes, que envolviam, no conjunto, uma grande parte da categoria. Uma categoria, aliás, cujo percentual de filiação sindical no Rio de Janeiro chegava a 75% naqueles anos.

No que diz respeito às demandas, o predomínio das reivindicações salariais, aparece, sem obscurecer um conjunto razoável de greves políticas, em especial na conjuntura dos primeiros anos da década de 1960. Dois exemplos famosos foram a greve geral de 07 de julho de 1962, por um gabinete nacionalista e a greve geral em resistência ao golpe de 1964, ambas convocadas pelo CGT.

A existência de greves por solidariedade é outro indicador de que não se mobilizava apenas por questões materiais. A solidariedade poderia se fazer em termos de apoio a um companheiro de trabalho injustamente demitido. Foi o caso, por exemplo, da greve dos 1.400 metalúrgicos da Standart Eletric, pela readmissão de 15 demitidos, em outubro de 1946. Ou da greve dos trabalhadores da Cerâmica Klabin, no mesmo mês e ano, contra a demissão de um companheiro. Pelo mesmo motivo pararam os empregados da Usina Santa Luzia, em setembro de 1963. Já no estaleiro Verolme, numa greve que durou 9 dias, 1800 operários pararam contra a demissão de 80 companheiros, naquele mesmo ano de 1963. Se o movimento na Verolme ilustra o uso da greve para garantir o emprego, nos outros movimentos citados, a solidariedade representava a defesa de direitos sindicais, pois na Standart a maioria dos 15 demitidos participava da Comissão de Salários

<sup>1</sup> Para dois exemplos deste tipo de uso da noção de sindicalismo populista, ver Rodrigues (1970) e Weffort (1973).

<sup>2</sup> Para a caracterização das greves segundo este padrão, o estudo clássico é o de Rodrigues (1966). Estudo mais recente que pretendeu reforçar o modelo de Rodrigues foi o de Boito Jr. (1991).

e os demitidos da Klabin e da Santa Luzia eram representantes sindicais. A defesa da representação sindical no local de trabalho moveu, como reivindicação principal ou associada a outras, vários outros movimentos, não apenas em reação a demissões, como aconteceu na greve dos operários navais da Costeira e do Loyd, em junho de 1963, quando milhares de trabalhadores pararam reivindicando o reconhecimento dos delegados sindicais. As reivindicações salariais em certos casos demandavam, para sua apresentação, a defesa dos direitos de organização, como na greve da Fábrica Nacional de vagões, em fevereiro de 1962, motivada pela demissão do delegado sindical, no momento em que este apresentava as reivindicações da comissão de trabalhadores da fábrica. Trata-se de mais um indicador de que a legislação sindical não bastava para conter o impulso de organização no local de trabalho e o sindicato oficial não era o único espaço de organização. Muitas vezes a solidariedade era política, como a dos portuários, em maio de 1946 (em solidariedade aos de Santos), que se recusavam a desembarcar navios de bandeira espanhola, em protesto contra o franquismo e sofriam intensa repressão. Havia, ainda, movimentos em solidariedade a outras categorias paralisadas como a dos Ferroviários da Leopoldina, em janeiro de 1960, em solidariedade a funcionários da Prefeitura de Macaé, que se encontravam em greve.

Existiam também as greves cujas demandas giravam em torno das condições de trabalho. Em alguns casos, em forte tom de revolta, como nas ocasiões em que paredes se iniciaram por conta de morte de companheiros em acidentes de trabalho. Foi o caso da greve dos 3.000 operários do Loyd na Ilha de Mocanguê, em 1950. Ou ainda da greve dos têxteis da Mavilis e Bonfim, em fevereiro de 1955, que pararam por um dia para acompanhar o enterro de um trabalhador acidentado na fábrica.

Teses que apontam, para o caso carioca em especial, um predomínio das paralisações entre trabalhadores do Estado - privilegiados e protegidos contra demissões - também não se sustentam ante a evidência numérica do predomínio das greves no setor privado.<sup>3</sup>

Mas não são apenas teses tradicionais que merecem reparos à luz dos dados pesquisados. Novas interpretações também carecem de sustentação empírica. Como aquelas que defendem a idéia de que o período 1945-1964 foi marcado pelo trabalhismo, entendido como “uma relação, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificam interesses comuns (...) Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica” (Ferreira, 2001, p.103). A presença de tantas greves, muitas delas dirigidas contra o Estado e sua política de conciliação de interesses, já torna difícil falar em “relações” entre partes, tomadas como parceiros em iguais condições de barganha.. Um bom exemplo do nível de confronto que poderia estar envolvido nestas relações é o da greve da Paridade, em 1960, que motiva o governo JK, em fim de mandato, a ameaçar usar do Estado de Sítio para reprimir os trabalhadores em transportes no setor público, que reivindicavam reajuste equivalente ao obtido pelos militares, com base na lei. Anteriormente, há outro bom exemplo na greve dos tecelões, entre dezembro de 1952 e janeiro de 1953, movida contra uma decisão da Justiça do Trabalho.

Um dado muito mais constrangedor, para estas teses, é a constância da presença policial, vigiando e reprimindo abertamente os movimentos grevistas e a ação sindical em geral. A polícia política montada na ditadura do Estado Novo, longe de ser desativada no período da redemocratização, continuou mantendo vigilância constante sobre organizações e militantes sindicais. Um levantamento parcial da documentação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro, encontrou, no período 1945-1964, 301 militantes fichados pela polícia política, envolvidos em 540 acusações (como as de “comunistas”, “agitadores” etc). No mesmo período, foram produzidos dossiês sobre 109 sindicatos e 13 federações ou confederações (Pereira, 1999, pp.39-43).

Nas greves, a passagem da vigilância à repressão era uma constante. Um exemplo de vigilância e intervenção “pacífica” da polícia política pode ser pinçado na atuação dos agentes do

---

<sup>3</sup> Para o ano de 1946, de que dispomos de dados já tabulados, encontramos 35 greves no setor privado e 7 no setor público.

DPS, em 4 de março de 1952, numa greve de trabalhadores do Armazém do SESI. Segundo o Boletim Reservado que relatou a ação policial, os agentes "lograram, por meios suasórios, fazer com que os empregados em apreço retornassem ao serviço, e isso na mais perfeita ordem, sem que surgissem quaisquer anormalidades".<sup>4</sup> Havia, porém, intervenções policiais bem menos "tranqüilas". Como na greve dos sapateiros, de setembro de 1952, quando a polícia prendeu 22 grevistas num só dia. A greve, entretanto, prosseguiu e foi vitoriosa. Nem sempre isto era possível. Foi o que se observou na tentativa de greve dos condutores de bondes da Light, em setembro de 1954, desmontada após a polícia ter invadido a assembléia da categoria e levado presos todos os participantes da reunião. Como falar então de uma relação de simetria entre Estado e trabalhadores sob tamanhas evidências de repressão e esforço de controle?

Demonstrado, ainda que superficialmente, o potencial da pesquisa para a relativização ou negação de algumas teses correntes, resta procurar construir uma análise alternativa dos movimentos grevistas no período estudado.

### III- Em busca de explicações

São recorrentes as análises de greves que buscam explicação para as mobilizações dos trabalhadores nos aspectos mais diretamente econômicos, como: relação salários/custo de vida; nível de emprego/desemprego; relações de trabalho no chão de fábrica. Cabe, pois, investigá-los.

Sobre a questão salarial, não é de se estranhar que a demanda principal das greves no período fosse o reajuste. Tomando-se o salário mínimo como padrão de comparação, o período se inicia, em 1945, com o valor real do salário em queda desde a sua criação. Uma curva decrescente que só será interrompida em 1954, sendo o período que se estende até 1958 a fase de mais elevado poder de compra do salário mínimo naqueles anos. Mas a tendência de queda seria retomada nos anos seguintes. Recuperar e defender o poder de compra dos salários seria assim um fator explicativo importante para entendermos os ciclos de greves do período. O crescimento acentuado no número de paralisações entre 1959 e 1964, possui aí uma de suas explicações. Mas, certamente não a única.

Quanto ao nível de emprego/desemprego, toma-se como padrão que o crescimento dos níveis de desemprego dificulta as mobilizações mais confrontacionistas dos trabalhadores. Não há indicadores confiáveis para todo o período, mas vale atentar para o fato de que a maior parte daqueles anos é de expansão da atividade econômica, exceção feita justamente para a fase dos primeiros anos da década de 1960, quando a crise pode ter gerado menor segurança no emprego. O que, como vimos, não foi suficiente para frear as mobilizações, mesmo no setor privado, sempre mais instável do ponto de vista das garantias do emprego. Há que se levar em conta também o peso do estatuto da "estabilidade no emprego", que tanto estimulava a rotatividade da mão-de-obra empregada há poucos anos na empresa, quanto garantia maior segurança para os trabalhadores com mais de dez anos de tempo de serviço na mesma firma, o que poderia lhes conferir maior poder de barganha e autonomia para liderar paralisações.

O grande número de greves por empresa, algumas motivadas por questões tipicamente relacionadas às condições de trabalho, parece indicar que havia tensões importantes no que diz respeito à submissão dos trabalhadores às regras da organização do trabalho nas firmas. Entretanto, o fato deste tipo de demanda ter sido sempre inferior ao de demandas salariais indica que não era este um motor principal das greves.

Seria, porém, muito pobre tentar explicar as greves apenas pelas questões de natureza econômica. Fatores de contexto político podem ser muito importantes para o entendimento dos ciclos de paralisações. Tomando-se o Estado no período como condensando os conflitos sociais de sua época, podemos pensar no peso determinante dos interesses empresariais no posicionamento dos governos frente às mobilizações dos trabalhadores, mas sem descartar as tensões decorrentes do modelo de administração de conflitos nos marcos da democracia representativa. A maior ou menor

---

<sup>4</sup> DPS. Dossiê Movimento Grevista do Distrito Federal. 1952-1953. Dossiê 61B, fl. 458. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

disposição para enfrentar as greves dentro do jogo democrático variou conforme os compromissos políticos dos governantes com eleitores trabalhadores, bem como ante o peso das mudanças na conjuntura internacional. Assim, o governo Dutra foi aquele que menor preocupação demonstrou em ir além da repressão para coibir as greves. Manteve de pé a legislação repressiva do Estado Novo, enquanto a nova Constituição não era aprovada e antecipou-se à Constituinte - que embora tenha reconhecido o direito de greve, manteve intacta a estrutura sindical corporativista criada no primeiro governo Vargas - assinando o Decreto-lei no. 9070, de 13 de março de 1946, que regulamenta de forma restritiva ao extremo o exercício da greve. Usando as prerrogativas da legislação varguista, Dutra promoveu a intervenção do Ministério do Trabalho em dezenas de sindicatos e passou a exigir o "atestado de ideologia" para os candidatos a eleições sindicais. A regulamentação restritiva de Dutra permanecerá de pé nos governos posteriores, mas para políticos como Vargas e Jango, que chegaram ao poder apoiados no discurso trabalhista de aliança com os trabalhadores, e mesmo para Juscelino, que buscou cercar-se do apoio trabalhista, seria difícil manter o tom exclusivamente repressivo da atitude de Dutra. Assim, foi suspensa a exigência do atestado de ideologia e as intervenções do Ministério tornaram-se muito mais raras.

O tom autoritário do governo Dutra pode ser explicado, em grande parte, pelo clima da Guerra Fria, em que o combate ao comunismo era apresentado como principal tarefa dos governos ocidentais/capitalistas. E se havia uma área em que os comunistas possuíam tradição de atuação, era a sindical, o que ganha ainda maior relevo após o fechamento do canal político com a cassação do registro do PCB e do mandato de seus parlamentares- Mas, não foi só com Dutra que o anti-comunismo típico da Guerra Fria imperou como argumento anti-sindical e anti-greves. No período do segundo governo Vargas, a imprensa insuflava o temor do comunismo e o associava diretamente às greves, como podemos exemplificar através de manchetes e artigos como "O perigo das Greves", em que se afirmava um "plano geral para a conturbação da ordem", no qual os interessados "nesses choques perturbadores da vida do país são, sem dúvida alguma, os comunistas"<sup>5</sup>. Ou ainda, "A Rússia comanda as greves no Brasil! profissionais da desordem e da anarquia insultam o governo e ameaçam o regime"<sup>6</sup>. Não era apenas a imprensa que criava esta associação greves/ameaça comunista para justificar atitudes repressivas - como numa das matérias citadas acima, em que o complemento da chamada era "Urge severas medidas contra agitações prejudiciais ao bem-estar social". O próprio Ministro do Trabalho dos primeiros anos daquele mandato de Vargas, Segadas Vianna, afirmava em entrevista que os comunistas possuíam "um plano geral de perturbação da ordem". E, explicitando a vigilância policial, afirmava: "De cada greve que se verifica no país, o Ministério do Trabalho tem um 'dossier' completo e um estudo metuculoso de todos os que dela participam como organizadores ou incentivadores. Em todos os casos temos encontrado a presença dos comunistas declarados ou cripto-comunistas"<sup>7</sup>.

Afirmamos anteriormente, que as teses que pensam a relação entre Estado e sindicatos no período exclusivamente a partir das imposições restritivas e controladoras da estrutura sindical oficial não dão conta de explicar (e muitas vezes negam a evidência) a grande presença de organizações por local de trabalho na preparação, organização e/ou condução de muitas greves. Ou desprezam a existência de muitas paralisações movidas contra a Justiça do Trabalho e suas decisões, greves que tomavam a legislação trabalhista, em geral desrespeitada, não como uma dádiva, mas como direitos ainda a conquistar. Mas, conforme também já apontamos, pouca atenção foi até aqui conferida ao peso de outro braço da ação estatal frente aos trabalhadores e suas mobilizações: a polícia política. Como a entrevista de Segadas Vianna e as demais evidências da pesquisa deixam claro, mesmo nos períodos de governos trabalhistas, a polícia política teve papel bastante ativo, fichando e relatando toda a atividade operária e, inúmeras vezes, intervindo violentamente para impedir ou desmontar as greves.

Se este é um fato, torna-se necessário entender que o período de declínio das greves nos anos de 1947 e 1948 foi realmente marcado pela presença repressiva do Estado, mas torna-se mais

<sup>5</sup> *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 15/03/53.

<sup>6</sup> *Diário do Povo*. Rio de Janeiro, 17/10/1953.

<sup>7</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro, 14/01/1952.

importante ainda explicar que as greves voltaram a crescer em número nos anos seguintes e que toda a vigilância/repressão aos movimentos naquele período não foi capaz de evitá-las ou controlá-las.

Por fim, há um fator de natureza política do qual não se pode fugir para explicar os ciclos grevistas. Diz respeito à caracterização da linha política das direções e sua disposição para os enfrentamentos. Se as greves não foram conduzidas apenas pelo alto - pelas direções - é inegável que quando estas se mostravam dispostas a dirigir mobilizações grevistas (fosse através dos sindicatos ou de organizações paralelas), as chances de surgimento de greves se ampliavam. Por isso, nos períodos em que os comunistas, aliados à esquerda trabalhista, estiveram à frente de sindicatos - como em 1946 (apesar da linha política do partido) e, particularmente, entre fins dos anos 1950 e 1964 - a disposição política das lideranças sindicais somou-se aos demais fatores e teve peso expressivo para explicar o crescimento no número de greves e o alargamento político do horizonte de demandas.

Acreditamos que os elementos de análise apresentados nesta comunicação possam demonstrar que o estabelecimento de bases de dados mais amplas sobre os movimentos grevistas ao longo da mais que centenária trajetória do movimento operário brasileiro tende a propiciar análises melhor fundamentadas sobre a dinâmica do movimento, os padrões organizativos, assim como sobre as relações entre trabalhadores, empresários e Estado nas diversas conjunturas. Pesquisas mais amplas, no tempo e no espaço, do que a aqui apresentada fazem-se mais que necessárias.

#### Bibliografia

- BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1991.
- FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”, in *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. *Os papéis azuis da repressão*. Niterói, UFF, 1999 (monografia de final de curso).
- RODRIGUES, Leôncio Martins. “Sindicalismo e classe operária (1930-1964)”, in FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol. 3. 3<sup>a</sup>. ed., São Paulo, Difel, 1986.
- . *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- . *Sindicalismo e conflito industrial no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966.
- SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param. Greves e mudança social no Brasil – 1945-1964*. São Paulo, Ática, 1994.
- TILLY, Charles & SHORTER, Edward. *Strikes in France. 1830-1968*. Cambridge, Cambridge University Press, 1974.
- WEFFORT, Francisco. “Origens do sindicalismo populista no Brasil – a conjuntura do pós-guerra”. *Estudos Cebrap*, n° 4. São Paulo, Cebrap, abr/jun 1973.